



PROCESSO N.º:	50.007-0/2021
ASSUNTO:	CONTAS ANUAIS DE GOVERNO (PREVIDÊNCIA MUNICIPAL)
PRINCIPAL:	PREFEITURA MUNICIPAL DE ACORIZAL
RESPONSÁVEL:	CLODOALDO MONTEIRO DA SILVA – ex-Prefeito
RELATOR:	CONSELHEIRO INTERINO LUIZ CARLOS PEREIRA

## DECISÃO

Trata-se das Contas Anuais de Governo da Prefeitura Municipal de Acorizal (Previdência Municipal), relativas ao exercício de 2020, sob a responsabilidade do Sr. Clodoaldo Monteiro da Silva.

Após os procedimentos instrutórios iniciais, a Secretaria de Controle Externo de Previdência apontou a ocorrência de 05 (cinco) irregularidades, nos seguintes termos:

**Responsável:** Clodoaldo Monteiro da Silva – ex-Prefeito

**1. DA05 Gestão Fiscal/Financeira\_Gravíssima\_05.** Não recolhimento das cotas de contribuição previdenciária do empregador à instituição de previdência (arts. 40 e 195, I, da Constituição Federal).

**1.1.** Ausência de repasse da contribuição previdenciária patronal, no valor de R\$ 1.873.161,96, relativo ao exercício de 2020, devida pela Prefeitura Municipal ao Regime Próprio de Previdência Social.

**2. DA07 Gestão Fiscal/Financeira\_Gravíssima\_07.** Não recolhimento das cotas de contribuição previdenciária descontadas dos segurados à instituição devida (arts. 40, 149, § 1º e 195, II, da Constituição Federal; art. 168- A do Decreto-Lei nº 2.848/1940).

**2.1.** Ausência de repasse da contribuição previdenciária dos servidores, no valor de R\$ 505.249,30, relativo ao exercício de 2020, devida pela Prefeitura Municipal ao Regime Próprio de Previdência Social.

**3. DB09 Gestão Fiscal/Financeira\_Grave\_09.** Inadimplência no pagamento da contribuição patronal, débito original ou parcelamento (arts. 23, I, 24, II e IV, 36 da ON MPS/SPS nº 02/2009).

**3.1.** Ausência de pagamento das parcelas nº (s): 18 a 29, dos Acordos de Parcelamentos de Contribuições Previdenciárias nº (s): 01531/2017, 01532/2017, 01684/2017 (Lei de Parcelamento nº 846/2017), devidas pela Prefeitura Municipal ao Regime Próprio de Previdência Social, que totalizaram R\$ 199.131,10, somente, do exercício de 2020.

**4. LB05 Previdência\_Grave\_05.** Ausência de Certificado de Regularidade Previdenciária - CRP, emitido pelo MPS, ou com a falta de esclarecimentos





sobre o motivo da suspensão (art. 8º da ON MPS/SPS nº 02/2009; Portaria MPS 204/2008).

**4.1.** Descumprimento dos preceitos legais para obtenção do Certificado de Regularidade Previdenciária de forma administrativa, o que o levou à ausência de Certificado de Regularidade Previdenciária válido.

**5. NA01. Diversos\_Gravíssima\_01.** Descumprimento de determinações com prazo, exaradas pelo TCE-MT em decisões singulares e/ou acórdãos (art. 262, parágrafo único da Resolução 14/2007 – RITCE)

**5.1.** Descumprimento de determinação contida no **Parecer Prévio nº 45/2019 – TP, de 28/11/2019** (Autos Digitais 166782-2018 – Contas Anuais de Governo Municipais): descumprimento da determinação de regularizar as pendências relativas às contribuições previdenciárias patronal e dos segurados, **no prazo de 60 dias**, a partir da publicação deste Parecer Prévio.

Ademais, a Equipe Técnica sugeriu a citação do responsável para, caso a ausência de repasses das contribuições previdenciárias patronais, durante o exercício de 2020, tenha se dado com base na autorização concedida pela Lei Complementar n.º 173/2020, apresente as informações e documentos elencados na íntegra do Relatório Técnico Preliminar (Doc. Digital n.º 131151/2021).

É o Relatório.

Decido.

Em observância às garantias constitucionais do contraditório e da ampla defesa, **cite-se o Sr. Clodoaldo Monteiro da Silva**, ex-Prefeito do Município de Acorizal, na forma dos artigos 59 e incisos, 60, parágrafo único e 61 e incisos, da Lei Complementar Estadual n.º 269/2007, c/c os artigos 257, 258 e incisos, da Resolução Normativa n.º 14/2007-TCE/MT, para, querendo, se manifestar acerca do Relatório Técnico Preliminar, **no prazo de 15 (quinze) dias**, a contar do recebimento desta decisão.

Alerte-se de que o descumprimento do prazo implicará em revelia para todos os efeitos processuais, conforme dispõe o artigo 6º, parágrafo único, da Lei Orgânica do TCE/MT.





Tribunal de Contas  
Mato Grosso  
TRIBUNAL DO CIDADÃO

**GABINETE DO CONSELHEIRO INTERINO**

Luiz Carlos Pereira  
Telefone: (65) 3613-7546 / 3613-7577  
e-mail: gab.luizcarlos@tce.mt.gov.br

Após, encaminhem-se os autos à Gerência de Controle de Processos Diligenciados para que aguarde a manifestação do interessado ou a certificação de decurso de prazo.

Gabinete do Relator, Cuiabá-MT, em 22 de junho de 2021.

**LUIZ CARLOS PEREIRA<sup>1</sup>**

Conselheiro Interino

(Portaria n.º 015/2020, DOC TCE/MT de 19/02/2020)

---

<sup>1</sup> Documento assinado por assinatura digital baseada em certificado digital emitido por Autoridade Certificadora credenciada, nos termos da Lei Federal nº 11.419/2006

